

# **INDICADOR DE CAPACIDADE INSTITUCIONAL EM POLÍTICAS DE HABITAÇÃO**

**INSTITUTIONAL CAPACITY INDICATOR IN HOUSING POLICIES**

# INDICADOR DE CAPACIDADE INSTITUCIONAL EM POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

## INSTITUTIONAL CAPACITY INDICATOR IN HOUSING POLICIES

Gustavo Henrique Naves Givisiez<sup>1</sup> • Elzira Lúcia Oliveira<sup>2</sup>

Data de recebimento: 06/03/2025

Data de aceite: 19/11/2025

<sup>1</sup> Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde obteve a graduação em Arquitetura e Urbanismo. É professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**E-mail:** gh\_naves@id.uff.br

<sup>2</sup> Doutora e Mestra em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve a graduação em Ciências Econômicas. É professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**E-mail:** elziralucia@id.uff.br

### RESUMO

O artigo apresenta a proposta de um indicador de Capacidade Institucional para avaliar a gestão de políticas habitacionais nos municípios brasileiros, com base nos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) dos anos de 2017 e 2020. Fundamentado no conceito de capacidade institucional, que abrange a habilidade dos governos em implementar políticas públicas de forma eficaz, o indicador é estruturado em três dimensões: acesso aos recursos da política habitacional, capacidade gerencial e capacidade de entrega. Essas dimensões são desdobradas em cinco componentes e 19 indicadores. A metodologia adota a abordagem "Insumo-Processo-Produto", adaptada ao contexto habitacional, e inspira-se no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). A inovação deste trabalho reside na proposta de um indicador transparente, de fácil replicação por gestores e que não exige o uso de modelos estatísticos avançados. A análise espacial realizada evidencia uma distribuição desigual da capacidade institucional entre estados e categorias populacionais, refletindo disparidades regionais e os desafios enfrentados na implementação da política habitacional. Por fim, a classificação dos municípios em clusters hierárquicos revela uma perda de capacidade institucional entre os dois períodos analisados.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano; Habitação Social; Gestão Municipal; Indicadores de Desempenho

### SUMMARY

This paper proposes an Institutional Capacity Indicator to evaluate the management of housing policies in Brazilian municipalities, based on data from the Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) for the years 2017 and 2020. Grounded in the concept of institutional capacity, which encompasses the ability of governments to effectively implement public policies, the indicator is structured into three dimensions: access to housing policy resources, management capacity, and delivery capacity. These dimensions are further divided into five components and 19 indicators. The methodology adopts the "Input-Process-Output" framework, adapted to the housing context, and is inspired by the Family Development Index (IDF). The spatial analysis reveals an unequal distribution of institutional capacity levels across states and population categories, highlighting regional disparities and challenges in housing policy implementation. Finally, the classification of municipalities into hierarchical clusters demonstrates a decline in institutional capacity between the two analysed periods.

**Keywords:** Urban Planning; Social Housing; Municipal Management; Performance Indicators.

## INTRODUÇÃO

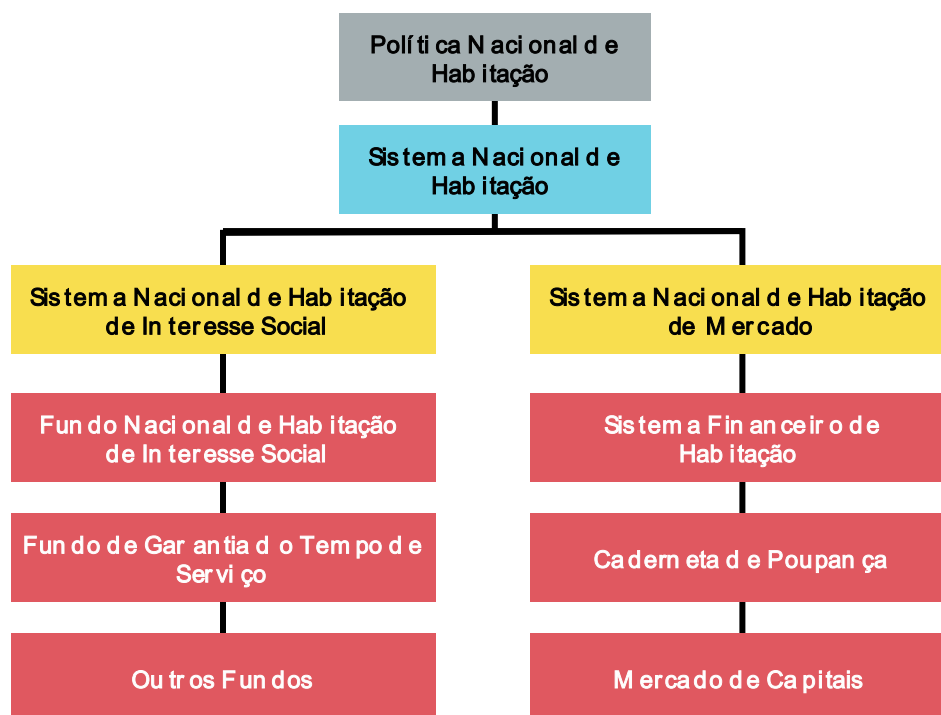
A descentralização administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988, delegou aos municípios maior responsabilidade no provimento de bens e serviços públicos, assim como na elaboração e implementação de políticas públicas na esfera local. Para desempenhar os novos papéis os governos locais se depararam com a obrigação de desenvolver e implementar vários instrumentos de gestão e governança que aumentava a capacidade administrativa desses entes federativos (Junqueira; Afonso, 2009; Lubambo, 2012).

No que respeita a política habitacional, após um período de dormência devido à extinção, em 1986, do Banco Nacional da Habitação (BNH), o país experimenta uma ruptura importante a partir da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e da Política Nacional de Habitação (PNH), formulada em 2004. O Ministério das Cidades atende a uma das principais pautas dos movimentos de luta pela reforma urbana no Brasil, que era integração em um único ministério das diversas políticas que se ocupam do desenvolvimento urbano (Magalhães, 2010).

A Política Nacional de Habitação (PNH) se constituiu em um avanço institucional e legal do setor habitacional. A PNH é a pedra fundamental de um novo processo participativo e democrático que agrega na representação do Conselho das Cidades (ConCidades), constituído em 2003, com contribuições dos diversos setores da sociedade (Ministério das Cidades, 2004)

Em continuidade a esses marcos foi instituído importantes instrumentos para apoio às políticas de habitação, como o desenho institucional do Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), como representado na figura 1. A Lei Federal nº 11.124/2005 (BRASIL, 2005) que instituiu o SNHIS também instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), bem como o Conselho Gestor do FNHIS (CGFNHIS). O Fundo, de natureza contábil, tem a função de centralizar “os recursos fiscais destinados à implementação dos programas estruturados no âmbito do SNHIS.” (Ministério das Cidades, 2010; p. 15). O CGFNHIS, por sua vez, é constituído por integrantes do ConCidades, tem papel deliberativo e participativo, sendo responsável “pela aprovação dos programas a serem implementados com recursos do Fundo” (Ministério das Cidades, 2010; p. 15).

**Figura 1 | Organograma da Política nacional de Habitação**



**Fonte:** Adaptado pelos autores baseado em Ministério das Cidades (2010)

Em que pese a adesão ao SNHIS dos entes subnacionais ser voluntária, existem condicionantes importantes que impactam na Capacidade Institucional dos municípios.

Como condição para acessar recursos do Fundo, ao aderirem ao Sistema, estados, Distrito Federal e municípios deverão empreender medidas de âmbito institucional, comprometendo-se a constituir um Fundo Local de Habitação de Interesse Social, criar um Conselho Gestor do Fundo Local – que deverá ter um modelo similar ao nacional – e elaborar um Plano Local Habitacional de Interesse Social (PLHIS) (Ministério das Cidades, 2010; p. 15).

O objetivo geral deste artigo é propor um indicador de Capacidade Institucional dos municípios para implementar e gerir a política habitacional, por meio dos dados da Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC). Trata-se de um exercício considerando uma revisão de literatura sobre o conceito de capacidade Institucional, a disponibilidade de fontes de dados, simplicidade e facilidade de implementação. Para isso este artigo se organiza em cinco seções além desta introdução. A segunda seção aborda uma revisão conceitual, na terceira seção faz-se uma descrição da metodologia, na quarta seção analisa-se resultados e na quinta seção apresenta-se as considerações finais.

## REVISÃO CONCEITUAL

Antes de entrar na parte conceitual do termo Capacidade Institucional, recorre-se inicialmente ao conceito de indicador.

No campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (Jannuzzi, 2017, p. 138).

Um indicador para uso de avaliação e monitoramento de políticas públicas deve possuir algumas das propriedades que foram resumidas no quadro da tabela 1.

**Tabela 1 | Propriedades de um indicador social**

Propriedade	Descrição
Relevância	O indicador deve ter relevância para a avaliação do programa específico a que se destina avaliar e/ou monitorar.
Validade	As medidas devem ser tão próximas quanto possível do conceito abstrato ou da demanda política para os quais foi construído.
Confiabilidade da medida	Refere-se a quão fidedignas são as fontes dos dados utilizados para a construção do indicador.
Cobertura populacional	Para representar a realidade empírica sob análise, o indicador deve permitir boa cobertura territorial e/ou populacional.
Sensibilidade às ações previstas	O indicador deve ser sensível aos efeitos ou não de ações realizadas com objetivo de produzir determinado resultado.
Especificidade ao programa	
Transparência metodológica	A boa prática da pesquisa social recomenda clareza e transparência na construção de indicadores.
Comunicabilidade ao público	Essa propriedade é fundamental para garantir a compreensão, por parte da população, imprensa e outros agentes públicos, das decisões técnicas tomadas pelos administradores públicos.
Factibilidade operacional	Essas duas propriedades são importantes para indicadores de monitoramento de todo programa público.
Periodicidade para atualização	
Desagregabilidade populacional e territorial	O indicador, tanto quanto possível, deve se referir a segmentos populacionais de interesse e a espaços geográficos reduzidos.
Comparabilidade da Série Histórica	A comparabilidade ao longo do tempo é desejável para permitir avaliar tendência e efeitos de programas implementados.

Fonte: Adaptado de (Jannuzzi, 2017; p. 139).

Antes de avançar nos conceitos adotados na construção do Indicador de Capacidade Institucional na Habitação, vale entender a etimologia do termo Capacidade Institucional. A revisão de literatura sobre o tema Capacidade Institucional se baseou em uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), com buscas foram realizadas no Portal de periódicos Capes e no Google Scholar. As chaves de buscas foram: Capacidade Institucional, com foco em conceitos e indicadores. Os critérios de inclusão e exclusão foram: Período de publicação (2008-2022); Resumo, Introdução, nessa ordem.

Capacidade é derivada das palavras latinas *capacitas* – largura, amplitão ou capacidade; *capax* – o que pode abranger muito; e, *capere* – tomar ou pegar. No português, capacidade refere-se ao “poder de acomodar, conter ou receber” e se relaciona também ao “poder, aptidão ou possibilidade de fazer ou produzir qualquer coisa; competência, habilidade” (Lewis; Short, 1879A; Michaelis, 2024). Já o termo institucional, que é relativo ou pertencente à instituição, também é derivado da palavra latina *institutio* que significa “uma organização ou estabelecimento de caráter social, educativo ou governamental” (Lewis; Short, 1879b). No português, instituição refere-se a uma organização, ou “estabelecimento de caridade ou de utilidade pública” (Priberam, 2024). “Na academia, a concatenação desses dois termos está intimamente ligada à administração pública, tendo seu significado associado à capacidade de um Estado para elaborar e operacionalizar políticas públicas” (Martins, 2019, p. 166). Em que pese o termo ter surgido nos anos 1980 relacionado às técnicas de reengenharia organizacional, nos anos 1990 incorpora-se às ideias de desenvolvimento sustentável e, nos anos 2000, a capacidade institucional passa a ser relacionada à governança, objetivando a resolução de problemas públicos em cooperação com diversos atores (Hoffer, 2021).

Para Gargantini e Pedrotti (2018), a capacidade institucional implica na determinação do governo de firmar propostas de desenvolvimento e refere-se às responsabilidades atribuídas ao Estado na tomada de decisão perante os problemas públicos e em diversas outras questões e na competência de resolvê-los. De uma forma ou de outra, as variações do conceito envolvem o setor público desenvolvendo e implementando instrumentos que lhes habilite desenhar, implantar e executar, de forma eficiente, políticas públicas indutoras de desenvolvimento social e econômico.

A capacidade institucional é o resultado da ação de um grupo de organizações que são capazes de executar políticas públicas descentralizadas e efetivas, aproximando assim, o conceito de capacidade

institucional ao conceito de governabilidade em que, quanto maior fosse o grau de governabilidade de um local, maior seria a capacidade institucional do governo no cumprimento de suas políticas (Lubambo, 2012). Em linha semelhante, (Gargantini; Pedrotti, 2018) afirmam que, no presente, a capacidade institucional do setor público se relaciona à governança, e “se constrói fortalecendo a organização com base em sua diversidade, seu pluralismo, sua autonomia e sua interdependência em relação a outras organizações do sistema” - tradução nossa). Nesse sentido, promover a capacidade institucional consiste também em promover a interação entre organizações do setor público, privado e organizações não governamentais (Huerta, 2008, p. 123).

Já Grin (2012), apesar de abordar as capacidades de maneira articulada, interpreta a capacidade institucional, assim como outros tipos de capacidade, como uma dimensão da capacidade estatal. Para o autor, a capacidade institucional se caracteriza como estruturas organizacionais e burocráticas, com poder de ampliar a possibilidade de agência dos líderes políticos. Contudo Grin (2012) adverte que, em relação ao conceito de capacidade estatais:

... há desacordo sobre a construção do conceito, que se amplia quando se desce do seu nível básico, passando pelas dimensões secundárias, até chegar aos indicadores. Existe acordo em relação ao aumento do poder de agência dos governos como objetivo central do incremento de capacidades estatais. Contudo, as divergências começam a surgir no nível das dimensões secundárias (Grin, 2012, p. 170–171).

Algumas concepções, segundo Grin (2012) concentram-se no que (Gerring, 1999) denomina “núcleo” central, ou seja, as capacidades administrativas e técnicas. Por outro lado, a visão de (grindle; migdal, 1996) amplia a construção do conceito adicionando as capacidades institucionais e políticas. Em nível operacional as divergências são evidentes com a indefinição de indicadores, critérios e parâmetros para avaliar cada dimensão e orientar a mensuração do conceito (Grin, 2012).

Em que pese a polissemia do tema, existe um ponto de convergência entre os pesquisadores sobre o conceito, que consiste no “estabelecimento de uma relação causal entre as instituições e os resultados almejados por elas, ou seja, ter uma capacidade institucional adequada condiciona o bom desempenho dos governos” (Martins, 2019, p. 167). Contudo, esse mesmo autor, sugere que as definições por vezes são “vagas, desarticuladas de suas origens e discordantes em aspectos teóricos e práticos, além de carentes de uma base conceitual comum e unificadora” (Martins, 2019, p. 25)

O estudo da governança pode ajudar a entender como as políticas de desenvolvimento local fortalecem a participação social, contribuindo assim, para um resultado positivo das políticas públicas urbanas. Todavia, (Sandoval; Ortega, 2020) argumentam que, para compreender a governança de um local, é necessário desenvolver indicadores objetivos para medi-la com precisão e avaliar se as decisões e ações do governo respondem às demandas sociais, alcançando assim, o chamado “bom governo”.

Em resumo, a revisão de literatura sobre o tema Capacidade Institucional revelou o frequente uso do conceito relacionado à ideia de governança ou então, a presença do termo capacidade estatal para a análise da capacidade de gestão institucional. Em alguns trabalhos, os termos de capacidade institucional e capacidade administrativa foram utilizados como sinônimos, principalmente pela capacidade institucional ser entendida como a capacidade da administração pública de gerenciar determinados serviços e políticas. Em outros trabalhos os termos foram tratados com significados distintos, sendo a capacidade institucional diretamente relacionada à estrutura política e, a capacidade administrativa às funções organizacionais. Porém, regularmente, ambos eram utilizados para analisar o aparato burocrático do Estado, seus recursos e como eram administradas a tomada de decisões.

Ademais, observou-se uma pluralidade de metodologias para abordar a capacidade institucional que abrangem métodos quantitativos e qualitativos, além de contemplarem as diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal), investigando a capacidade de uma localidade ou usando os resultados para comparar a capacidade da gestão administrativa, política ou fiscal de diferentes governos para corresponder às demandas públicas. Constatou-se que o uso do conceito é geralmente norteado por algum serviço público, principalmente os de saúde e educação e de forma esporádica políticas de habitação, assistência social e sustentabilidade. Em alguns trabalhos construíram-se indicadores multidimensionais para mensurar a qualidade e eficiência da gestão administrativa dos governos municipais utilizando múltiplas bases de dados.

De forma mais objetiva, Barbosa e Vaz (2019) tipificam o conceito de capacidade em quatro tipos: Capacidades institucionais: âmbito legal e formal que dão suporte e estrutura às iniciativas de participação; Capacidade técnicas: são aquelas relacionadas ao desempenho das funções que



envolvem o domínio de técnicas, recursos humanos, recursos financeiros, planejamento, gestão e organização; Capacidades administrativas: são aquelas que se relacionam às funções organizacionais e administrativas do governo, que devem dar suporte a todas as ações e projetos políticos; Capacidades políticas: referem-se às habilidades de negociação, diálogo com a sociedade, instituição de parcerias e mediação entre diversos atores.

Enquanto Barbosa e Vaz (2019) consideraram diferentes tipos de capacidade tendo significados e variáveis específicas, (Denaldi; Fonseca; Akaishi, 2017) utilizaram ambos os conceitos como sinônimos. Da mesma forma, (Vidal, 2014) considerou adequado o uso das denominações de capacidade institucional e capacidade administrativa com mesmo sentido para analisar seu objeto de estudo, utilizando, inclusive, o termo associado “capacidade institucional-administrativa”. Neste trabalho em particular, parte-se de (Fernandes, 2016):

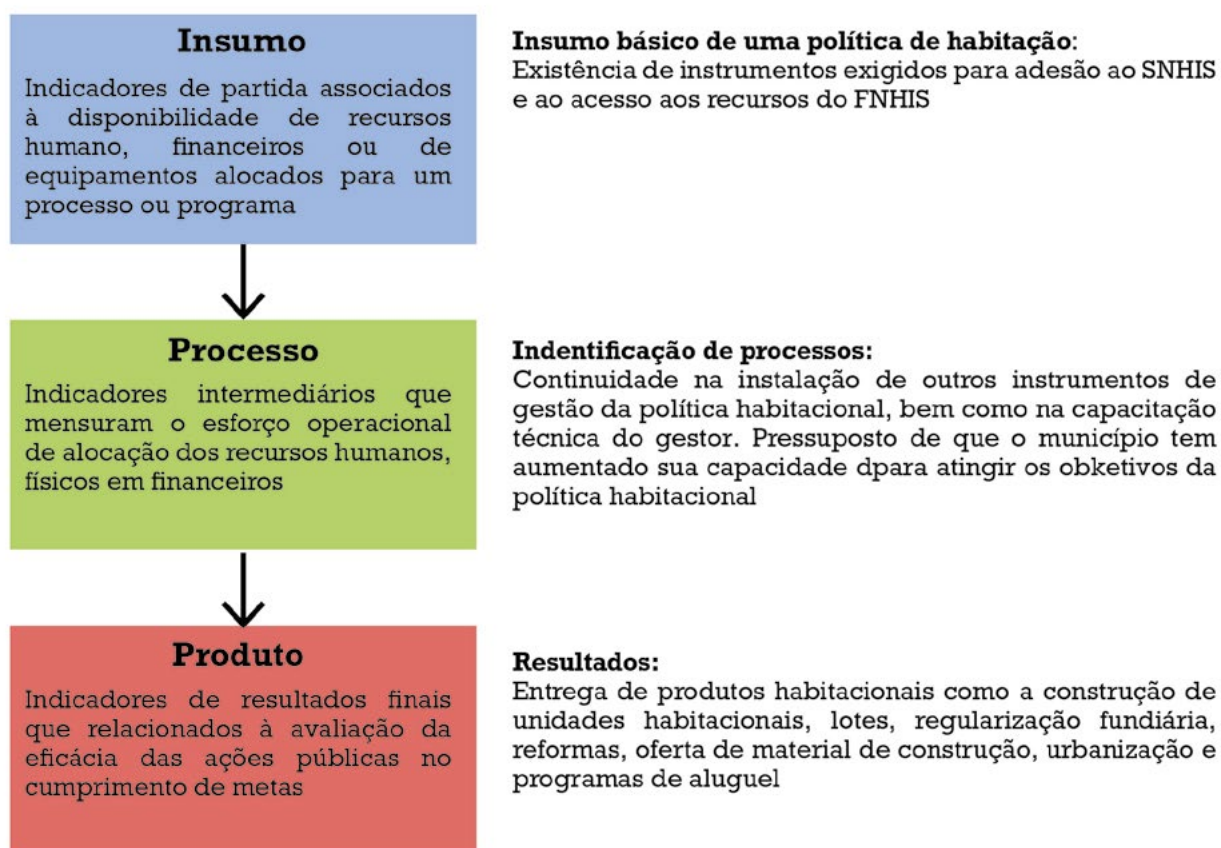
O conceito de capacidade institucional foi desenvolvido para subsidiar estratégias de medição dessa capacidade, fundamentalmente de setores e órgãos de governo, de modo que projetos de intervenção fossem elaborados para a remoção de obstáculos e para seu fortalecimento institucional. Isso significa que capacidade institucional envolve a identificação dos objetivos e metas da instituição com o propósito de aprimorá-la ou reforçá-la. Para tanto, parece haver consenso entre os autores consultados de que compreender a capacidade institucional de uma organização exige a definição da dimensão sobre a qual a capacidade se refere, buscando responder às seguintes questões: Capacidade para quê? Capacidade para quem? Esse deveria ser o ponto de partida de um projeto de avaliação de capacidade: identificar as dimensões de análise, nos planos institucional, organizacional e de recursos humanos, seguidas dos indicadores e de sua forma de operacionalização (Fernandes, 2016, p. 703).

Essa definição tem aderência com o conceito de indicador social e lança luz sobre a construção de um indicador específico, ou seja, exige a definição da dimensão sobre a qual a capacidade se refere, para isso deve-se responder às seguintes perguntas: Capacidade para quê? Capacidade para quem? Com base na literatura revisada assume-se que a capacidade institucional está mais diretamente relacionada com a capacidade dos governos, em todas as esferas, de entregar serviços à sociedade. Neste contexto, respondendo à primeira questão, interessa para a construção do Indicador a Capacidade Institucional dos municípios brasileiros na Habitação. Já a segunda questão, assume-se que o principal beneficiário de toda entrega seja a sociedade. Com esses conceitos em mente definiu-se as dimensões, os componentes e a metodologia de construção do indicador.

## METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR

Propõe-se um indicador composto de três dimensões distribuídas em cinco componentes e 19 indicadores, podendo ser avaliado por componente, por dimensão e pelo indicador síntese. A estrutura do indicador foi a lógica dos indicadores insumo, processo e produto (Cohen; Franco, 2013; World Health Organization. Division of Health Situation and Trend Assessment, 1996). Não foram contemplados os indicadores de impacto por não serem passíveis de mensuração pela fonte de dados utilizada. A estrutura Insumo-Processo-Produto foi adaptada de acordo com os objetivos do indicador.

**Figura 2 |** Estrutura adaptada do Indicador Insumo-Processo-Produto



Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2017).

## BASE DE DADOS, DIMENSÕES E COMPONENTES

A base de dados utilizada foi a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. A MUNIC é um levantamento de registros administrativos sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, coordenado e executado pelo IBGE (IBGE, 2024). A base é apropriada para o indicador, inclusive pela aderência às propriedades desejáveis, cobertura, factibilidade operacional, periodicidade, desagregabilidade territorial e série histórica. Porém, existe uma restrição relacionada à periodicidade, pois, em que pese a pesquisa ser realizada todos os anos, não existe uma regularidade da coleta de informações sobre o mesmo quesito em todas as edições. No entanto, esta restrição pode ser superada pela sincronização da atualização do Indicador com a periodicidade das variáveis na base.

Os resultados da pesquisa permitem a consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados para a avaliação e monitoramento da administração municipal. A pesquisa conta com a participação de todas as unidades estaduais e a coleta de informações é intermediada pelo pesquisador do IBGE e um coordenador na gestão municipal que acompanha a coleta de informações nos diversos setores da administração. Para este trabalho foram utilizados os levantamentos da MUNIC de 2017 e 2020. Em 2020, no contexto da Pandemia da COVID-19, os treinamentos dos pesquisadores das unidades do IBGE foram realizados por meio de videoconferência e a coleta das informações foi feita por meio de sistema web ou questionários editáveis. Tendo em vista a nova modalidade de coleta dos dados e as dificuldades de contato com as prefeituras, 90 Municípios (1,6% do total) não responderam ao questionário que foram considerados como recusa. Além das recusas, alguns municípios responderam à pesquisa apenas parcialmente.

## METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR

A lógica de construção foi baseada no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) desenvolvido por Barros; Carvalho; Franco (2003). O IDF foi construído na esteira dos índices desenvolvidos a partir do Índice de desenvolvimento Humano (IDH), considerando suas vantagens e suas limitações. Entre as limitações do IDH, os autores citam aquelas que consideram de particular importância: (i) seleção arbitrária dos indicadores e pesos para criar o indicador sintético; (ii) o IDH nem os similares construídos com base nele estão adaptados para serem desagregados no nível de cada família,

permitindo desagregação, geralmente, apenas para áreas geográficas e; finalmente, (iii) limitações relacionadas às dificuldades de agregação, pois o IDH do país, por exemplo, não pode ser obtido a partir de qualquer média ponderada de IDHs dos estados.

Explicitadas as limitações do IDH, os autores desenvolveram um índice, no mesmo espírito do IDH, calculável no nível de cada família e que pode ser facilmente agregado para qualquer grupo sociodemográfico. A forma de construção do IDF permite acomodar qualquer número de indicadores e dimensões e qualquer sistema de pesos. Na versão do IDF adaptada aos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), foi como se fossem feitas 48 perguntas às famílias relativas à ausência ou presença de determinado atributo, para os quais a resposta seria sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família em direção a um IDF mais alto. Para cada resposta positiva é atribuída a unidade e para cada resposta negativa é atribuído o valor zero. Assim, o valor do índice sintético varia de zero (pior situação) a um (melhor situação possível).

Uma das principais razões para se basear no IDF para construir o Indicador de Capacidade Institucional na Habitação foi a forma de construções denominada indicadores em cascata que permite atribuir peso maior a alguns componentes do índice e pela viabilidade de se construir subíndices por dimensões e o indicador sintético.

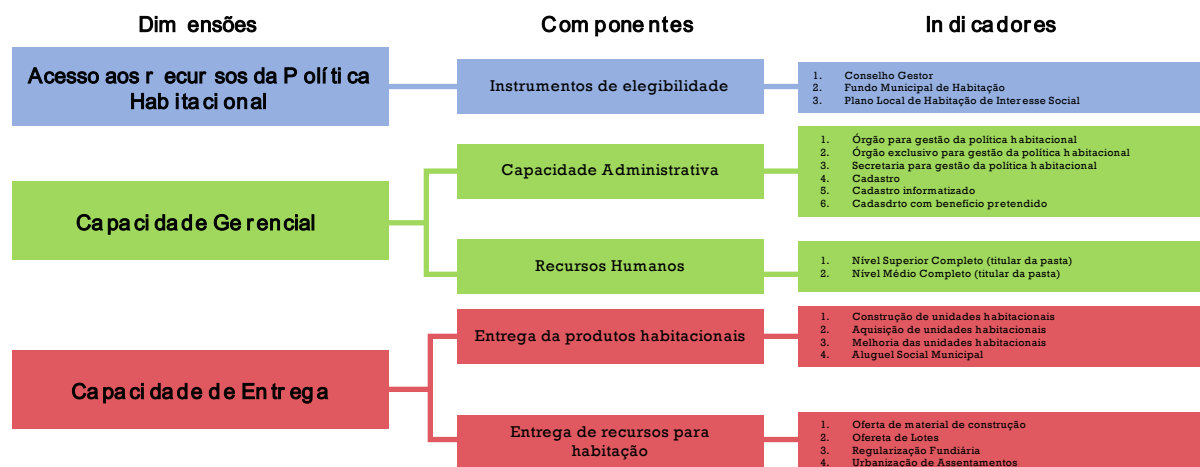
No caso do IDF e deste Indicador de Capacidade Institucional na Habitação os valores de todos os componentes são processados entre 0 (aspectos negativos) e um (aspectos positivos). Mesmo tendo o mesmo peso para os componentes, dimensões e indicadores, os indicadores básicos de componentes distintos, em geral, terminam tendo pesos diferentes, pois, o número de indicadores por componentes e o número de componentes por dimensão não são homogêneos. Sendo assim, o peso do indicador depende do componente e da dimensão a que pertence (Barros; Carvalho; Franco, 2003). O indicador sintético pode ser definido a partir dos indicadores básicos por meio da seguinte fórmula:

$$S = \frac{1}{k} * \sum_k \left( \frac{1}{m_k} \right) * \sum_j \left( \frac{1}{n_{jk}} \right) * \sum_i B_{ijk}$$

Sendo  $k$  igual ao número de dimensões;  $B_{ijk}$  denota o  $i$ -ésimo indicador básico do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão;  $m_k$  é o número de componentes da  $k$ -ésima dimensão e  $n_{jk}$  é o número de indicadores do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão. Pode-se também derivar indicadores para cada um dos componentes de cada dimensão,  $S_{jk}$ , como também para cada uma das dimensões  $S_k$ . Ou seja, o indicador sintético de cada componente,  $S_{jk}$ , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar esse componente. De forma análoga, o indicador sintético de cada dimensão,  $S_k$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos de seus componentes. Finalmente, o indicador sintético global,  $S$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das  $k$  dimensões que o compõem. A partir deste modelo construiu-se o Indicador de Capacidade Institucional constituído por três dimensões, cinco componentes e 19 indicadores.

A dimensão Acesso aos recursos da política habitacional se ancora nas condicionantes determinadas pelo órgão Gestor da Política Nacional de Habitação para que os municípios assinem o termo de adesão ao SNHIS. Se baseia também na tipificação das Capacidades Institucionais de Barbosa e Vaz (2019) que se referem ao âmbito legal e formal que dão suporte e estrutura às iniciativas de participação. Essa dimensão tem um componente, Instrumento de elegibilidade, que, por sua vez é composto pelos seguintes indicadores: Conselho Gestor; Fundo Municipal de habitação e Plano Local de habitação de Interesse Social. Esses indicadores são obtidos diretamente na base de dados sem necessidade de transformação ou desdobramento em outras variáveis. Atribui-se o valor um para a existência do instrumento e zero para a ausência. A média dos indicadores fornece o indicador do componente Instrumentos de elegibilidade.

**Figura 3 | Dimensões, componentes e indicadores do indicador de capacidade institucional**



Fonte: Elaboração própria

A dimensão Capacidade gerencial é composta por dois componentes e oito indicadores. Essa dimensão agrupou algumas capacidades técnicas e administrativas sugeridas por Barbosa e Vaz (2019). Os autores entendem como capacidades técnicas aquelas relacionadas ao desempenho das funções que envolvem o domínio de técnicas, recursos humanos, recursos financeiros, planejamento, gestão e organização. E, por capacidades administrativas aquelas que se relacionam às funções organizacionais e administrativas do governo, que devem dar suporte a todas as ações e projetos políticos. Considerou-se ainda a escolaridade do titular da pasta como um fator de impacto na capacidade técnica e administrativa. O componente Capacidade administrativa é composto pelos indicadores Órgão para gestão da Política Habitacional (PH), Órgão exclusivo para gestão da PH, Secretaria para gestão da PH, Cadastro, Cadastro informatizado, Cadastro indicando o benefício habitacional demandado.

Esses componentes podem ser obtidos diretamente da base de dados, entretanto, necessita-se transformação de variáveis para a construção em cascata e atribuir maior importância à existência de um órgão para a gestão da política habitacional no âmbito do poder público municipal. Neste sentido, uma prefeitura que tem um órgão exclusivo pontua três vezes nesse componente, aquela que só possui secretaria subordinada pontua apenas uma vez e aquela que possui secretaria em conjunto com outras políticas pontua duas vezes. Por meio da média dos indicadores obtém-se o indicador do componente Capacidade administrativa.

O componente Recursos humanos é composto por dois indicadores derivados da escolaridade do gestor da pasta da habitação no município. Ele também é construído em cascata, gestor com nível de escolaridade superior ou acima pontua também entre aqueles que têm ensino médio. Da mesma forma, a média dos indicadores fornece o indicador de Recursos humanos. O indicador parcial para a dimensão Capacidade administrativa é obtido pela média dos indicadores dos componentes.

Por fim, se o município se instrumentaliza para ter acesso aos recursos da política habitacional e o processo é subsidiado por instrumento de gestão e capacidade técnica dos gestores, ele deverá apresentar capacidade de entrega de produtos e recursos habitacionais. A terceira dimensão Capacidade de entrega possui dois componentes e oito indicadores. Em outras palavras, a capacidade de entrega é o produto das dimensões anteriores que estabelecem condições necessárias para que o município entregue produtos habitacionais à população.

O componente Entrega de produtos habitacionais verifica se a prefeitura (nos dois anos anteriores à pesquisa) entregou produtos como a construção de unidades habitacionais, aquisição e melhoria de unidades habitacionais e aluguel social fornecido pelo poder local. O componente Recursos habitacionais verifica se a prefeitura (nos dois anos anteriores à pesquisa) ofertou material de construção, ofertou lotes, realizou ações de regularização fundiária e se realizou obras de urbanização de assentamentos.

Para a existência de cada uma das entregas é atribuído o valor um e para não entrega o valor zero. De forma análoga aos demais componentes, a média dos indicadores fornece o indicador parcial de cada componente e a média dos dois componentes produz o indicador da dimensão Capacidade de entrega. O quadro 2 apresenta as dimensões, componentes, indicador, as variáveis na MUNIC e a descrição do indicador para cada componente e dimensão.



## Quadro 2 | Dimensão, componentes, indicadores e algoritmo das variáveis do ICIHAB

Dimensão	Componente	Indicador	Var Munic	Descrição
Acesso a recursos da política habitacional	Existência de instrumentos de elegibilidade	Plano	MHAB07	Plano municipal de habitação: Se Existe=1; Senão=0
		Conselho	MHAB10	Conselho municipal de habitação: Se Existe=1; Senão=0
		Fundo	MHAB16	Fundo municipal de habitação: Se Existe=1; Senão=0
Capacidade gerencial	Capacidade administrativa	Secret_PH	MHA01	Se (Secretaria exclusiva para PH OU Secretaria compartilhada com outras políticas setoriais)=1; Senão =0
		Secret_EX		Secretaria exclusiva para PH = 1, Senão =0
		Orgão_PJ		Se (Secretaria exclusiva OU Setor subordinado a outra secretaria OU Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo OU Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais OU Órgão da administração indireta) = 1; Senão 0
		Cadastro	MHAB18	Se (Tem cadastro OU Tem levantamento de famílias demandantes)=1; Senão=0
		Cadastro_Inf	MHAB182	Se ((Tem cadastro OU Tem levantamento de famílias demandantes) E Tem Cadastro Informatizado))=1; Senão = 0
		Benef_H	MHAB183	Se (Tem cadastro E Cadastro inclui a natureza do benefício)=1; Senão = 0
	Recursos humanos	E_Medio	MHAB07	Escolaridade igual ou superior ao nível médio do titular do órgão gestor = 1; senão = 0
		E_Superior		Escolaridade igual ou superior ao nível Superior do titular do órgão gestor = 1; senão = 0
Capacidade de entrega	Entrega de produtos habitacionais	Constr_UH	MHAB201	Construiu unidades habitacionais =1; Senão=0
		Aquis_UH	MHAB202	Adquiriu unidades habitacionais =1; Senão=0
		Melhoria_UH	MHAB203	Reformou unidades habitacionais =1; Senão=0
		Aluguel_Soc	MHAB21	Tem algum programa de aluguel social=1; Senão=0
	Entrega de recursos habitacionais	Oferta_Mat	MHAB204	Ofertou material de construção=1; Senão=0
		Oferta_Lotes	MHAB205	Ofertou Lotes=1; Senão=0
		Reg_Fundiaria	MHAB206	Regularizou UH=1; Senão=0
		Urbanizacao	MHAB207	Urbanizou Assentamentos=1; Senão=0

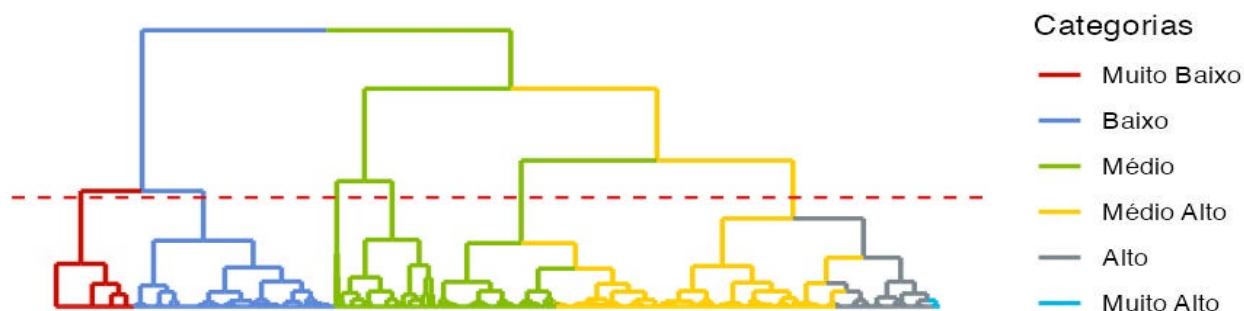
Fonte: Elaboração própria

## CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR DE CAPACIDADE INSTITUCIONAL NA HABITAÇÃO

Para classificar o nível da Capacidade Institucional, medida na escala de zero a um, em uma variável ordinal utilizou-se a análise de cluster hierárquico para identificar o número de clusters mais adequado por meio do SPSS Versão 28 (IBM CORP., 2021). O método de distância entre os agrupamentos foi usado como ligação entre os grupos. O modelo hierárquico é considerado o mais indicado quando se pretende identificar o número adequado de agrupamentos. Ele se utiliza de técnicas aglomerativas e divisivas, que são uma série de fusões e divisões sucessivas. A análise do dendrograma da figura 4 indicou que seis agrupamentos seria o mais indicado para o conjunto de dados.



**Figura 4 | Dendrograma da análise de Cluster do Indicador de Capacidade Institucional na Habitação**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC (2017).

Os clusters foram cruzados com o indicador sintético calculado para 2017, gerando a classificação para o indicador apresentada na tabela 1. As categorias extremas, ou seja, a um e a seis, apresentam as menores frequências: 495 e 31, respectivamente. Os municípios nas categorias intermediárias de capacidade institucional (médio e médio-alto) representam juntos 56,5% do total.

**Tabela 1 | Classificação do indicador de Capacidade Institucional para a Habitação, por número de municípios por cluster- Brasil – 2017.**

	Intervalos				Abs	Rel
	Mi n	Ma x				
Muito Baixo	0,00	0,10	0,03	0,03	495	8,89
Baixo	0,10	0,27	0,19	0,05	1.270	22,80
Médio	0,27	0,45	0,36	0,05	1.389	24,94
Médio Alto	0,45	0,69	0,56	0,07	1.762	31,63
Alto	0,69	0,90	0,77	0,05	623	11,18
Muito Alto	0,90	1,00	0,94	0,03	31	0,56

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC (IBGE, 2018, 2021).

Na próxima seção serão analisados os resultados do indicador para os anos de 2017 e 2020, por categorias populacionais e Unidades da Federação.

## RESULTADOS

O indicador estimado para 2017 e 2020 apresenta pouca variação. A variação é positiva no grupo mais baixo (Muito baixo), que passa de 0,032 para 0,045. Neste grupo, a dimensão que mais impacta no valor do indicador sintético é a de “acesso a recursos da política habitacional”, cujo valor é nulo nos dois anos. As outras duas dimensões “capacidade gerencial e capacidade de entrega” contribuíram para a variação positiva no período.

No grupo de baixa Capacidade Institucional para a Habitação, observa-se variação positiva insignificante. em 2017, a dimensão que apresenta o pior resultado é a “capacidade de entrega”. em 2020, embora os indicadores das dimensões “acesso a recursos da política habitacional” e “capacidade de entrega” tenham apresentado variação positiva, o indicador de “capacidade gerencial” reduz de 0,300 para 0,230, anulando, dessa forma, o ganho das outras duas dimensões sobre o indicador sintético ICIHAB.

Entre os municípios classificados com nível Médio de Capacidade Institucional para a Habitação, a maior fragilidade é da dimensão “capacidade de entrega” que, embora tenha aumentado de 2017 para 2020, seguiu sendo o pior indicador. O ICIHAB praticamente se manteve, apresentando variação negativa ínfima.

A categoria imediatamente superior (Médio alto) apresentou leve variação negativa (0,563 para 0,559). Nos dois anos, a pior dimensão foi a “capacidade de entrega” (0,270 e 0,300), respectivamente. em que pese, os indicadores insumo e processo serem superiores a 0,5 (“acesso a recursos da política habitacional” e “capacidade gerencial”), o indicador produto é bastante baixo, indicando que os municípios não conseguiram potencializar os instrumentos para gestão da política habitacional no sentido de entregar alguns produtos ou recursos.

O grupo dos municípios com alta capacidade institucional apresentou redução no indicador sintético entre 2017 e 2020 (0,766 para 0,752). a pior dimensão, tanto em 2017 quanto em 2020 foi a “capacidade de entrega”, embora essa dimensão tenha apresentado leve melhora no período (0,460 para 0,520). esse ganho foi anulado e superado pelo desempenho da dimensão “capacidade gerencial”, que reduziu de 0,880 para 0,750. O grupo seletivo dos municípios com ICIHAB muito alto diminuiu de 0,939 para 0,928 entre 2017 e 2020 e a única dimensão que apresentou variação negativa foi a de “capacidade gerencial”. esse grupo apresenta o ciclo completo, insumo, processo e produto produzindo os efeitos esperados.

Note-se que o número de municípios nas três categorias de mais baixa Capacidade Institucional aumenta entre 2017 e 2020, sendo que na categoria “Muito baixa” o aumento é mais expressivo (65%). Nas três categorias mais altas, observa-se movimento contrário, diminuição do número de municípios, indicando que tanto as recusas quanto a mobilidade dos municípios entre criação e destruição de Capacidades Institucionais, contribuíram para este comportamento e para a constância do valor do indicador nos dois anos.

**Tabela 2 |** Indicador de capacidade institucional para a habitação por dimensões e ano (Brasil 2017/2020)

Classificação	2017				2020				Frequência	
	Recursos	Gerencial	Entrega	ICIHab	Recursos	Gerencial	Entrega	ICIHab	2017	2020
Muito baixo	0,000	0,040	0,060	0,032	0,000	0,050	0,080	0,045	495	819
Baixo	0,150	0,300	0,120	0,191	0,170	0,230	0,170	0,192	1270	1348
Médio	0,360	0,540	0,190	0,362	0,450	0,400	0,230	0,361	1389	1398
Médio alto	0,720	0,700	0,270	0,563	0,830	0,550	0,300	0,559	1762	1454
Alto	0,950	0,880	0,460	0,766	0,980	0,750	0,520	0,752	623	433
Muito alto	1,000	0,990	0,820	0,939	1,000	0,940	0,850	0,928	31	9
									<b>5570</b>	<b>5461*</b>

Nota: Em 2020, 109 municípios recusaram a responder à pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC (IBGE, 2018, 2021)

Observa-se na tabela 3 as mudanças de categorias de capacidade institucional entre 2017 e 2020. Trata-se de uma tabela de dupla entrada onde se apresenta nas linhas o indicador em 2017 e nas colunas, em 2020. A diagonal principal indica situação de imobilidade, ou seja, o percentual de municípios que permaneceram na mesma categoria no período. Valores acima da diagonal principal indicam mobilidade ascendente e valores abaixo indicam mobilidade descendente. Em 2020, o percentual de municípios na categoria Muito baixo era de 15,0%, destes, 5,3% estavam nessa categoria em 2017 e os demais realizaram mobilidade descendente, 6,1% deles eram da categoria Baixo em 2017; 2,5% migraram da categoria Médio; 0,9% eram Médio Alto e 0,2% eram da categoria Alto em 2017. Os municípios classificados como Baixa capacidade institucional em 2017 representam 22,7% e em 2020 passaram a representar 24,7%.

Destes, 10,5% estavam na mesma categoria em 2017 e 2,7% experimentaram mobilidade ascendente, migrando da categoria muito baixa para baixa. Os demais apresentaram trajetória descendente, ou seja, 7,8% eram da categoria Médio em 2017; 3,5% eram Médio Alto e 0,3% eram da categoria Alto. Dos 25,6% dos municípios classificados como Média capacidade institucional, 5,3% migraram de categorias inferiores e os demais (10,6%) transitaram de categorias superiores para mais baixas,

9,6% permaneceram na mesma categoria. O percentual de municípios nas três categorias mais altas (Médio alto, Alto e Muito alto) diminuíram de 2017 para 2020. A mobilidade nessas categorias também é maior relativamente ao percentual em 2020. Entre os 26,6% dos municípios Médios altos em 2020, 6,1% migraram de categorias mais baixas e 5,3% vieram de categorias mais altas, 15,2% permaneceram na mesma categoria. Na categoria Alto, 4,1% dos municípios não mudaram de categoria, 3,4% migraram de categorias inferiores e 0,3% de categorias superiores.

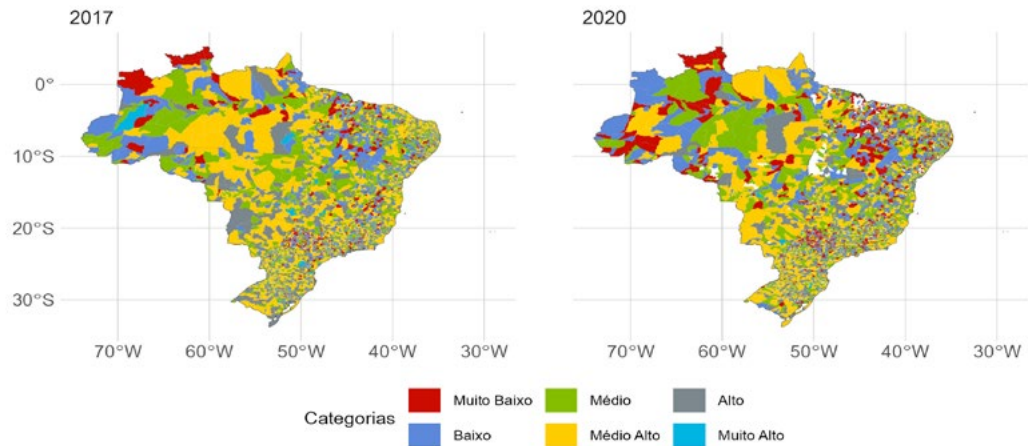
**Tabela 3 |** Distribuição percentual da migração dos municípios entre as categorias do Indicador de Capacidade Institucional para a Habitação entre 2017 e 2020 – Brasil

Categoria	Muito Baixo	Baixo	Mé d i o	M é d i o A l t o	Alto	Muito Alto	Total
Muito Baixo	5,3	2,7	0,7	0,1	0,0	0,0	8,8
Baixo	6,1	10,5	4,6	1,4	0,0	0,0	22,7
Mé d i o	2,5	7,8	9,6	4,6	0,4	0,0	24,9
M é d i o A l t o	0,9	3,5	9,2	15,2	3,0	0,0	31,8
Alto	0,2	0,3	1,4	5,1	4,1	0,1	11,3
Muito Alto	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,0	0,6
Total	15,0	24,7	25,6	26,6	7,9	0,2	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC (IBGE, 2018, 2021)

A figura 6 apresenta a espacialização do Indicador de Capacidade Institucional para a Habitação por municípios. Essa espacialização permite identificar visualmente a concentração ou dispersão espacial das manchas coloridas representativas de cada categoria.

**Figura 5 |** Indicador de capacidade institucional para a habitação por municípios (Brasil 2017/2020)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da MUNIC (IBGE, 2018, 2021)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a construir Capacidade Institucional dos municípios para implementar e gerir a política habitacional, para todos os municípios brasileiros nos anos de 2017 e 2020. Desenvolveu-se um indicador composto com três dimensões, distribuída em cinco componente e 19 indicadores, podendo ser avaliado por componente, por dimensão e pelo indicador síntese. A metodologia adotada permite a desagregação espacial por município, estados e regiões. O indicador foi estratificado em 6 categorias e o menor valor observado nos municípios 0,032 na categoria muito baixo e 0,939 na categoria muito alto em 2017. Embora o indicador não tenha apresentado variação significativa entre 2017 e 2020, foram observadas variações importantes no número de municípios em cada categoria.

Na categoria muito baixo observou-se acréscimo de 324 municípios, indicando que houve destruição de capacidades institucionais nestes municípios entre 2017 e 2020. Na categoria Baixo o número de municípios passou de 1270 em 2017 para 1348 em 2020, sugerindo, como na categoria muito baixo, destruição de capacidades institucionais.

A categoria Médio apresentou movimento muito pequeno aumento nove municípios entre 2017 e 2020. Em correspondência aos movimentos relatados, as categorias seguintes, Médio alto, Alto e Muito Alto, apresentam diminuição de municípios denotando da mesma forma, perda ou destruição de capacidades institucionais. No que respeita a distribuição percentual da migração de municípios entre as categorias do Indicador, observou-se movimento mais relevante na categoria Médio alto, em que dos 31,8% dos municípios na categoria em 2017, 15,2% permaneceram na categoria e 13,6% migraram para categorias inferiores.

Verifica-se, portanto, a necessidade instrumentalizar os municípios em suas capacidades institucionais, não apenas para a habitação, mas também para a gestão de diversas políticas sociais. Os governos locais devem investir continuamente na qualificação do seu corpo técnico para que tenham capacidade de responder às demandas de esferas superiores de governo, no sentido de elaborar planos, políticas, programas, mobilizar conselhos e constituir fundos.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. A.; VAZ, J. C. **Arranjos institucionais e capacidades de governo em processos participativos de urbanização: o caso de São Bernardo do Campo-SP**. Revista do Serviço Público, v. 70, n. 1, p. 35–58, 8 abr. 2019.
- BARROS, R. P. DE; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. www.ipea.gov.br, out. 2003.
- BRASIL. Lei No 11.124, de 16 de junho de 2005. **Presidência da República**. 17 jun. 2005.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DENALDI, R.; FONSECA, M. D. L.; AKAISHI, A. G. **Produção de informação para política habitacional no contexto dos pequenos municípios: alternativa de utilização do sistema de informação da atenção básica (SIAB)**. Gestão & Regionalidade, v. 33, n. 99, set. 2017.
- FERNANDES, F. S. **Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública**. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 3, p. 695–704, set. 2016.
- GARGANTINI, D. M.; PEDROTTI, C. I. **Capacidades institucionales del gobierno municipal en el diseño y gestión de políticas habitacionales**. Economía Sociedad y Territorio, 2 maio 2018.
- GERRING, J. **What Makes a Concept Good? A Criterial Framework for Understanding Concept Formation in the Social Sciences**. Polity, v. 31, n. 3, p. 357–393, mar. 1999.
- GRIN, E. J. **Notas sobre a coNstrução e a aplicação do coNceito de capacidades estatais**. Teoria e Sociedade, v. 20, n. 1, p. 148–176, jun. 2012.
- GRINDLE, E. S. M. P. OF I. D. E. AND F. D. OF THE D. R. C. FOR L. A. S. M. S.; MIGDAL, J. S. **Challenging the State: Crisis and Innovation in Latin America and Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOFFER, G. F. **Uma análise da capacidade institucional dos municípios mineiros na política de direitos humanos**. Escola de Governo: Fundação João Pinheiro, 2021.
- HUERTA, A. R. **Una ruta metodológica para evaluar la capacidad institucional**. Política y cultura, v. 30, p. 119–134, 2008.
- IBGE. **MUNIC 2017**, 2018. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Perfil\\_Municipios/2017](https://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2017)>. Acesso em: 12 nov. 2023
- IBGE. **MUNIC 2020**, 2021. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Perfil\\_Municipios/2020](https://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2020)>. Acesso em: 12 nov. 2023
- IBGE. **MUNIC** - Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Institucional. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=18195&t=o-que-e>>. Acesso em: 1 out. 2024.
- IBM CORP. **IBM SPSS Statistics Version 28**. IBM Corp., , 2021. Disponível em: <<https://www.ibm.com/products/spss-statistics>>
- JANNUZZI, P. DE M. **Indicadores Sociais no Brasil**. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.
- JUNQUEIRA, G. G.; AFONSO, J. R. R. **Investimento público no Brasil é mais municipal que federal**. Rio de Janeiro : IBAM, 2009.
- LEWIS, C. T.; SHORT, C. **Capacitas a Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879a. Disponível em: <<https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=capacitas&fromdoc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0059>>. Acesso em: 7 ago. 2024

LEWIS, C. T.; SHORT, C. **InstitūtiōA Latin Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879b. Disponível em: <<https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=institutio&fromdoc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0059>>. Acesso em: 7 ago. 2024

LUBAMBO, C. W. **Conselhos gestores e desempenho da gestão nos municípios**: Potencialidades e limites. Textos para Discussão - TPD, n. 149, p. 17, 5 out. 2012.

MARTINS, D. G. **Capacidade institucional das estruturas administrativas municipais de Minas Gerais**: perspectivas e análise geoespacial. 20 fev. 2019.

MICHAELIS. **capacidade** - **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/capacidade>>. Acesso em: 7 ago. 2024

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política nacional de habitação**. Brasília, DF: MCidades, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, 2010.

PRIBERAM. **Instituição- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 7 ago. 2024

SANDOVAL, K. Z.; ORTEGA, J. L. C. **Limitaciones de los actuales indicadores de gobernanza para medir la calidad institucional en una zona metropolitana con vocación turística**. Revista Cimexus, v. 15, n. 1, 1 jun. 2020.

VIDAL, J. P. **A Defensoria Pública do estado do Pará: uma observação sistêmica da capacidade institucional**. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 3, p. 667–694, jun. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. DIVISION OF HEALTH SITUATION AND TREND ASSESSMENT. **Catalogue of health indicators: a selection of important health indicators recommended by WHO programmes**. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 1996. Disponível em: <<https://iris.who.int/handle/10665/63030>>. Acesso em: 7 ago. 2024.

